

---

# A OUTRA FACE DA INCLUSÃO<sup>1</sup>

*Eneida Oto Shiroma  
Doutora em Educação  
Professora do Centro de Educação  
Universidade Federal de Santa Catarina*

## RESUMO

O discurso da inclusão e conceitos coadjuvantes são utilizados para justificar a implantação de políticas que têm promovido seu oposto: a exclusão social. Dedicamos especial atenção ao discurso do New Labour e da Terceira Via pela influência que exercem sobre as reformas políticas na Europa e nos demais continentes. Procuramos esclarecer de que forma estes conceitos estão articulados e como se relacionam às políticas econômicas em curso, buscando explicar a racionalidade que há por trás das políticas de inclusão e coesão social.

**Palavras-chave:** inclusão, exclusão social, política educacional.

Os debates sobre as políticas sociais da década de 1990 popularizaram algumas expressões como exclusão social, autonomia, cidadania e qualidade. Tais conceitos, tão característicos do programa político oposicionista da década de 1980, parecem ter sido reciclados e transformados em bandeiras da situação nos anos 90. Fizeram-se presentes em discursos de governos, organismos internacionais e empresários, que, em coro afinado, passaram a reivindicar educação de qualidade para todos, de uma maneira distinta e desarticulada das necessidades populares.

Movimentos em prol da redemocratização e de uma assembléia nacional constituinte, na década de 1980, denunciavam a violação dos direitos sociais básicos em favor de interesses econômicos. Nessa perspectiva, as questões sociais e econômicas eram situadas em campos opostos: de um lado, cidadania e direitos – como educação e saúde – não pareciam conciliáveis com desenvolvimento e pagamento da dívida externa, de outro.

Na década de 1990, o discurso oficial apresentou nova formulação, dissolvendo a tensão que contrapunha interesses econômicos e sociais; conceitos outrora antagônicos apareceram como complementares. Essa bricolagem pode ser observada em documentos da Cepal do início da década,<sup>2</sup> nos quais os termos educação, competitividade, eficiência e equidade foram costurados em um arranjo emblemático que forneceu o tom das políticas públicas na região. No início do século XXI, educação, cidadania e inclusão social passaram a ser vistas não só como interdependentes aos interesses econômicos, mas como imperativas às nações.

No plano do discurso, contradições foram desfeitas e expressões antes características de reivindicações populares apareceram amalgamadas a objetivos econômicos de grupos restritos. Estavam sendo forjadas as bases do consenso tão recomendado pelas agências multilaterais. Contudo, o “consenso de papel” não foi capaz de dissolver as tensões geradas por interesses antagônicos de segmentos sociais que usavam termos semelhantes com intenções muito distintas. Esse transformismo nos discursos do governo e de empresários gerou surpresa e suspeita.

---

<sup>1</sup>Este texto é parte da pesquisa “Profissionalização de educadores: estudo comparado Brasil e Inglaterra”, desenvolvida na School of Continuing Education, University of Nottingham, 2000-01, com apoio da Capes.

<sup>2</sup>CEPAL. *Transformación productiva con equidad. 1990*; CEPAL. *Educación e conocimiento: eixos da transformação produtiva com equidade. 1992*.

---

A confusão inicial provocada pela substituição de discursos foi tema abordado por autores que desvendaram, com muita propriedade, as armadilhas dessa retórica, explicitando as diferenças entre igualdade e equidade, qualidade total e qualidade social (Gentili, 1998; Gentili e Silva, 1995). Não vamos retomá-las aqui, pois nossa reflexão direciona-se a outros conceitos, existentes na virada do século, como inclusão e coesão social, solidariedade, oportunidade, autonomia responsável, aprendizagem ao longo da vida e comunidade. Por meio de exaustiva pesquisa documental, identificamos que começaram a ser mencionados com excessiva frequência em relatórios da área social de organismos internacionais, regionais (da União Européia e América Latina) e nacionais (Brasil e Inglaterra). Também observamos que, para justificar a reforma nas áreas sociais, os documentos começaram a apresentar um tom de estranhamento e inconformismo relativos aos indicadores de pobreza e exclusão social. Prescreviam a educação e a empregabilidade como saída para reverter o processo, promovendo a inclusão. Nessa linha de argumentação, a escola foi ganhando centralidade, embora não prioridade. Derivou desse movimento a difusão da idéia de “educação ao longo da vida”<sup>3</sup> – valores e novas formas de ver o mundo devem ser mostrados para as novas gerações, não apenas no espaço escolar ou em determinada faixa etária; aprender tornou-se tarefa para a vida toda, a começar pela mais tenra infância.

No Brasil, “Toda criança na escola” foi o bordão do Ministério da Educação em 1998. Em 1999, convocou-se, além de crianças, pais, amigos, voluntários, empresas e comunidade, enfim, ampliou-se a campanha: “Todos à escola”. O apelo culminou com a difusão maciça das noções de educação inclusiva e sociedade inclusiva, características das políticas públicas no final dos anos de 1990.

Neste artigo, propomo-nos a discutir de que forma estes conceitos estão articulados. Por que até mesmo documentos da área econômica clamam pela educação inclusiva? De que modo a noção de inclusão funciona como engrenagem para políticas econômicas? Que racionalidade preside a mudança do discurso de desigualdade e pobreza para o de exclusão e inclusão social? Para responder a estas questões, tomamos como referência estudos sociolinguísticos – em especial de Norman Fairclough e Ruth Levitas – que analisam o discurso do governo trabalhista britânico: o New Labour. Fairclough observa uma tendência à convergência na retórica de governos social-democratas, mencionando inclusive semelhanças entre Inglaterra e Brasil (2000, p. 33). Por esta razão, discutiremos os principais conceitos presentes em documentos do Departamento para Educação e Emprego<sup>4</sup> inglês, da União Européia e de organismos multilaterais, assim como os argumentos presentes na proposta da Terceira Via, buscando evidenciar uma outra face da inclusão, termo que começa a ganhar popularidade em debates educacionais no Brasil.

---

<sup>3</sup>“Educação ao longo da vida” aparece como prioridade no relatório (*White paper*) da comissão para competitividade e crescimento econômico da Comunidade Européia, presidida por Jacques Delors, em 1994. Mais tarde, a comissão batiza 1996 como “Ano da educação ao longo da vida”. Naquele ano, veio a público o relatório da comissão da Unesco: “Educação para o século XXI”, também presidida por Delors, difundindo amplamente a noção de *lifelong learning*.

<sup>4</sup>O *Department for Education and Employment (DfEE)* foi extinto no segundo mandato de Tony Blair, reeleito primeiro-ministro inglês em junho de 2001. As questões relacionadas ao emprego passam à alçada do recém-criado *Department of Work and Pensions* e a educação, do novo *Department of Education and Skills*.

---

## VISÕES SOBRE EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Frustrando muitos sonhos e expectativas, os avanços tecnológicos e crescimento econômico não vieram acompanhados de melhores condições de vida e progresso social, nem conduziram a humanidade à almejada igualdade e emancipação sociais. Ao contrário, podemos observar persistência e alargamento de defasagens entre abastados e despossuídos, tanto em países periféricos quanto centrais. Essa constatação fez emergir diferentes discursos sobre exclusão social.

A introdução dessa expressão no vocabulário da política social ocorreu nos governos socialistas franceses na década de 1980, quando foi amplamente utilizada para referenciar grupos de pessoas que viviam às margens da sociedade e, em particular, sem acesso ao sistema de seguridade e benefícios sociais. Contudo, quando “exclusão social” começou a ser mais amplamente utilizada no contexto europeu, já aparecia associada à sua solução, à coesão, que adquiriu status de meta da União Européia: conquistar coesão social e econômica (Percy-Smith, 2000, p. 1).

Os documentos apresentam diferentes interpretações para exclusão social. Em algumas delas, exclusão é identificada com pobreza:

Com mais de 52 milhões de pessoas na União Européia vivendo abaixo da linha da pobreza, a exclusão social é um fenômeno endêmico; [...] a necessidade de coesão econômica e social clama por solidariedade [...] na luta contra a exclusão social, para combater a pobreza [...] que divide a sociedade em dois (European Commission, 1994, p. 15).

Outra interpretação bastante aceita é a de que a exclusão social decorre da existência de adultos desprovidos de trabalho e crianças desprovidas de educação decente (Levitas, 1998, p. 148).<sup>5</sup> Esta preocupação se tornou tão crucial que, em 1997, o governo inglês criou a Unidade de Exclusão Social, para desenvolver programas destinados à inclusão. Desde então, acirraram-se os debates, na sociedade britânica, sobre o fenômeno.

Ruth Levitas identificou três tipos ideais de discursos associados a exclusão e inclusão social: o redistribucionista, o integracionista e o de subclasse (1998, p. 7). O redistribucionista tem como principal preocupação a pobreza e propõe sua redução por meio da redistribuição da riqueza. É a proposta de grupos radicais e foca os processos que produzem e reproduzem as desigualdades. Critica as desigualdades e contrapõe a exclusão a uma versão de cidadania que clama por redistribuição significativa de poder, recursos e riqueza.

O discurso integracionista, por sua vez, atribui a exclusão principalmente ao desemprego e, por conseguinte, vê a inclusão como encaminhamento de pessoas ao trabalho remunerado. O oposto de exclusão é inserção profissional. Promover a integração social de grupos marginalizados significa dar prioridade ao treinamento e orientação para que conquistem empregabilidade e ingressem no mercado de trabalho.

O terceiro tipo de discurso utiliza-se da idéia de subclasse. Centra-se em aspectos morais e comportamentais de excluídos, alegando haver deficiências em sua cultura. Remete à idéia de maus hábitos, vícios, delinquência e crime. Culpa o pobre por sua situação de pobreza e o desempregado pelo desemprego. Caracteriza-se pela forte moralização, ênfase na ordem social e integração moral (Levitas, 1998, p. 14). Culpa a subclasse pela criação de uma cultura de dependência de benefícios

---

<sup>5</sup>Definição de Harriet Harman, pesquisadora do Centre of Analysis of Social Exclusion da London School of Economics and Political Science.

---

que o Estado oferece. Exclusão da cidadania seria a marca dessa suposta subclasse que, segundo os autores dessa vertente, não irá desaparecer sem a implementação de uma série de políticas destinadas a restabelecer o cidadão (Levitas, 1998, p. 16). Nesta visão, a inclusão social depende de mudanças culturais nos valores, na ética.

Argumentos do New Labour e da Terceira Via – que se afirmam equidistantes do livre mercado e do socialismo – mesclam elementos dos discursos integracionista e da subclasse. Fazem alarde em razão do crescimento do crime, da violência e das taxas de suicídio, apresentando-os como riscos ou frutos dos riscos a que estamos submetidos. Baseados em Durkheim, os mentores dessa corrente interpretam tais fenômenos como anomia resultante da falta de integração.<sup>6</sup> Buscam, então, fórmulas eficientes para a inclusão de sujeitos marginalizados.

Embora pouco comum em textos oficiais do Brasil e da América Latina até o presente,<sup>7</sup> coesão social é expressão recorrente na maioria dos documentos da Comunidade Européia que têm manifestado preocupação com a pobreza e a exclusão social (World Bank, 2001; OCDE, 2000; UNDP, 1997; Unesco, 2000).

A visão de uma sociedade mais inclusiva, produtiva e coesa é aquela onde “direitos conduzem a responsabilidades e os indivíduos têm a chance de realizar seu potencial” (*Commission of Social Justice*, 1994, apud Levitas, 1998, p. 35).

Com otimismo revigorado, os documentos sugerem um “círculo virtuoso da inclusão” para contrapor ao “círculo vicioso da exclusão”. Estruturam-se, a partir da aceitação tácita do autodesenvolvimento, sobre um pensamento linear: desemprego resulta da falta de habilidades; programas de treinamento ajudam a adquirir habilidades e, conseqüentemente, um trabalho. Acentuam que o principal meio de combater a desigualdade não é pela redistribuição econômica, mas dando poder àqueles em desvantagem, alertando que um enxerto de habilidades, via treinamento, só pode ser viabilizado se o setor público estiver enraizado nos valores de inclusão e cidadania.

A idéia de todos incluídos na comunidade global, sujeitos aos mesmos riscos, cria uma situação de igualdade simbólica que impõe a todos a responsabilidade e o compromisso moral de combater a pobreza e a exclusão social. Todos foram convocados, todos são parceiros nessa tarefa, empreitada mundial onde deveriam estar igualmente comprometidos e coesos.<sup>8</sup> Que racionalidade preside este discurso? Que sutileza cirze esta colcha de conceitos?

---

<sup>6</sup>Anthony Guiddens, Will Hutton, Geoff Mulgan e Etzioni são considerados os autores mais influentes da chamada Terceira Via e escrevem para a organização DEMOS.

<sup>7</sup>O Cepal já apontava preocupação com a cidadania, que foi resgatada no documento de 2000: *Equidad, desarrollo y ciudadanía*.

<sup>8</sup>Cumprir lembrar que, em 1990, os organismos internacionais patrocinaram a Conferência Mundial de Educação para Todos (EFA). Uma nova conferência do EFA ocorreu em 2000, em Dakar, para avaliar resultados do plano e estabelecer novas metas. Revigorou-se a idéia de inclusão, por meio do complemento “para todos”. A União Européia e as agências multilaterais publicaram inúmeros documentos e eventos utilizando tal expressão: “Educação para todos” (EFA, 1990, 2000); “Oportunidade para todos” (WB, 2000) e “Segurança para todos” (CSS, 1997).

---

Elementos para responder tais questões podem ser encontrados em um importante relatório da União Européia elaborado, em 1995, pela comissão Wealth Creation and Social Cohesion, presidida por Ralf Dahrendorf.<sup>9</sup>

## DISCURSO CAMALEÔNICO

O relatório de Dahrendorf recomenda a criação de um novo discurso político centrado em idéias de inclusão, exclusão e coesão social. A definição de coesão social presente no relatório articula-se tanto à integração econômica quanto moral, advogando que uma sociedade coesa é aquela que oferece oportunidades para todos os seus membros. Além desse aspecto, a coesão remete a valores comuns. Pressupõe e requer que todos os cidadãos compartilhem um bem-estar mínimo, um sentimento de pertencimento, orgulho cívico e participem em questões de natureza pública (Levitas, 1998, p. 45).

Tais requisitos são afetados pela falta de recursos materiais, pela pobreza – séria barreira à participação social. Por argumentos dessa natureza, a exclusão social começou a ser vista como antítese de cidadania. A concepção de cidadania como antônimo de exclusão social baseia-se no modelo de T. H. Marshall, estabelecido em 1950, que englobava direitos civis, políticos e sociais. Segundo Marshall, o século XX foi caracterizado pela extensão progressiva de direitos sociais. Referia-se à ampliação do direito de bem-estar econômico e à garantia de poder compartilhar toda a herança social e viver civilizadamente, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (Levitas, 1998). Foi a ênfase nos direitos sociais do cidadão e no direito de compartilhar a herança social que fez desta uma linguagem útil para defensores da igualdade, pois implicava também maior igualdade econômica.

Marshall alertou que um movimento para maior igualdade seria limitado pela tensão entre o princípio da justiça social e a operação do mercado. A noção de justiça social também está presente nas chamadas estratégias para renovação nacional que reiteram a interdependência entre eficiência econômica e coesão social. A insistência nesta conexão é parte da caracterização geral do New Labour como “terceira via”.

Essa via aceita o argumento de que a coesão social depende de melhorias nas condições de vida, mas alerta que a redistribuição não é o caminho para reduzir as desigualdades e sim dar poder aos grupos em desvantagem – sugestão que tem sido disseminada pelo Banco Mundial (2001) como *empowerment* das comunidades.

A palavra comunidade tem sido usada como sinônimo de vizinhança (*neighbourhood*), termo em voga nas políticas sociais do Reino Unido e União Européia. Assim, a idéia de dar poder e autonomia às comunidades está associada à ênfase na descentralização que caracterizou as reformas recentes de diversos países. Trata-se de descentralizar questões operacionais, da gestão do cotidiano, enquanto se mantêm centralizadas as decisões estratégicas.

---

<sup>9</sup>*Economista da LSE, autor de As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial. Brasília: UnB, 1982. Obra onde o autor quer destruir teses de Marx.*

---

## COMUNIDADE: ARENA DE CONTROLE E INCLUSÃO SOCIAL

Comunidade é um conceito comumente utilizado no discurso acadêmico, porém sua difusão na linguagem dos políticos britânicos foi observada na década de 1990, em parte pela insistência de Margaret Thatcher em afirmar que “não existe essa tal coisa sociedade” (Levitas, 1998, p. 89).

Há várias definições de comunidade em teorias sociológicas, relacionadas a esquerda e direita, a propostas transformadoras e conservadoras. No entanto, a concepção dominante é a que atribui à comunidade obrigações e responsabilidades. Nessa visão, comunidades estão sendo apresentadas como arenas de inclusão política, para cidadania ativa. São as bases dos processos de descentralização, característicos das políticas públicas contemporâneas em vários países.

Os defensores da descentralização do poder – leia-se responsabilidades – para as comunidades, embasam seus argumentos em duas premissas. A primeira é a de que responsabilidade e prestação de contas (*accountability*) seriam mais facilmente obtidas em nível local; embora a ênfase em governo local também possa ser entendida como tentativa de dispersar responsabilidades do governo central. A segunda premissa é a de que localidade, assim como etnia e gênero, devam ser as categorias centrais para construir a nova identidade: a da maioria das pessoas que vivem numa mesma área. Vizinhança torna-se a unidade básica sobre a qual tem sido estruturado o planejamento da área social na Grã-Bretanha.

Para Macmurray, expoente do comunitarismo cristão inglês, fatos econômicos não produzem comunidades; e “na ausência da solidariedade de comunidade, o resultado será a luta de classes” (Levitas, 1998, p. 108, grifo nosso). A idéia implícita nesta afirmação é que reforçar a coesão, a solidariedade e dar poder às comunidades são iniciativas para evitar a luta de classes. Na mesma linha, Gray argumenta que o problema de uma classe excluída é criar uma sociedade “insegura e fraturada”, com cada vez menos valores compartilhados e interesses comuns (Levitas, 1998, p. 37).

Exclusão social é cara pelo fardo que impõe ao sistema de seguridade social e, também, pelos custos indiretos que surgem – por exemplo, a delinquência juvenil e a saúde precária que afeta os mais pobres da sociedade (Percy-Smith, 2000, p. 110).

A ação de excluídos representa uma ameaça constante. Argumentos oficiais acabam expressando o que tentam ocultar: a atenção dada à chamada população vulnerável ou grupos de risco decorre da necessidade de controlá-los e do temor de instabilidades decorrentes de seus movimentos. No intuito de orientar o governo a conviver com incertezas e gerir imprevistos, autores influentes prescrevem a inclusão. Não há, contudo, consenso sobre como viabilizá-la.

## O AVESSE DA INCLUSÃO

O relatório de Dahrendorf vê o desemprego como a maior ameaça para a coesão social e para a criação de riqueza, razão pela qual recomenda “renda decente para todos” (Dahrendorf, 1995, p. 86). Colocando-se veementemente contra essa idéia, Gray (1997) insiste não ser essa uma solução. Esse autor vê as raízes da pobreza na desqualificação e na desestruturação da família e acrescenta que a principal causa da pobreza é cultural, não podendo ser removida pela provisão de renda.

Os argumentos de Gray reforçam o discurso da subclasse, na tipologia de Levitas. Afirma que a moderna pobreza é mais um fenômeno cultural que meramente econômico. Seria causado também pela educação pobre, que gera a cultura da dependência. A dependência econômica do Es-

---

tado de Bem-Estar Social é encarada como patologia, doença moral, fruto da condição psicológica criada pelo próprio sistema de benefício, onde o Estado é visto como provedor universal e, com isso, solapa a iniciativa pessoal, a independência e o auto-respeito. A cultura de dependência é definida como endêmica “cultura do não-trabalho” e confiança em benefícios, caracterizada por uma espiral descendente de ociosidade, crime e erosão da ética trabalhista. Transfere o enfoque da base estrutural da pobreza para o caráter moral e cultural dos pobres. Por essa razão, famílias passam a ser vistas como instituições primárias de controle e previdência social em discursos governamentais (Levitas, 1998, p. 122).

No discurso da subclasse, são abundantes as metáforas relativas à biologia. O comentarista político americano Charles Murray usa a metáfora da doença para se referir à exclusão social, que, em sua visão, é contagiosa e “se espalha por meio de pessoas [...] cujos valores estão contaminando a vida de toda a vizinhança por rejeitar tanto a ética do trabalho quanto a da família”. E continua:

Nem todos os pobres são parte de uma subclasse. Sua existência pode ser diagnosticada por meio de três sintomas: ilegitimidade, crime e eliminação da força de trabalho [...] e se nascimentos ilegítimos são o indicador principal de uma subclasse, o crime violento é um indicador de seu desenvolvimento; a prova definitiva de que uma subclasse está entre nós é o grande número de jovens saudáveis de baixa renda que escolhem não trabalhar (Murray apud Levitas, 1998. Tradução livre).

De acordo com Murray, esses três fatores interagem para produzir comunidades patológicas nas quais a socialização de crianças é inadequada: “Comunidades precisam de famílias, precisam de pais. Pais são necessários como modelo para civilizar o jovem, mas matrimônio e responsabilidades familiares são necessárias para civilizar os homens” (Levitas, 1998, p. 17).

Esse afã civilizador se justifica pelo receio de ações dos excluídos, explícito em várias passagens:

O que importa não é igualdade, mas inclusão. Os excluídos – ou a subclasse, muitos dos jovens, certas mães solteiras e alguns membros de minorias étnicas – representam um problema ameaçador. A difícil situação em que vivem é moralmente inaceitável. Também demonstra que não estamos vivendo os valores professados por uma sociedade civilizada. Poderemos ser surpreendidos se cada vez mais pessoas não levarem estes valores a sério e os violarem à vontade? (Dahrendorf apud Levitas, 1998, p. 44).

Daquele que não tem propriedade e a quem é negada a oportunidade para adquiri-la, pode ser esperado que lhe faltem as disposições apropriadas para a vida civil, e bem pode se tornar seu inimigo (Gray, 1993, p. 37).

Pessoas que são ou se sentem excluídas menosprezam a riqueza da nação, tanto no sentido de que não podem contribuir [para criá-la], quanto por absorverem energias sociais improdutivas, assim como benefícios e serviços sociais. Nossa preocupação não é com a desigualdade em si, mas com o privilégio e a falta de acesso às oportunidades, ao mercado de trabalho, à sociedade civil, à participação política. Então, inclusão não significa igualdade, significa cidadania (Dahrendorf, 1995, p. 38).

Cumprir lembrar que comunidades não representam só lugares de perigo e instrumentos de controle social. Também são arenas de inclusão política. Isso justifica os esforços empenhados em oferecer poder às comunidades, à medida que concorrem para aumentar a coesão social (WB, 2001).

---

Enquanto alguns autores advogam que não se deve desperdiçar tempo e recursos com a subclasse, outros ponderam que sua inclusão é necessária e pode redundar em benefícios econômicos.

### **VALOR ECONÔMICO DA INCLUSÃO**

Os custos da inclusão são justificados como bom investimento – além de não serem financiados apenas pelo Estado. Apela-se para a solidariedade, caridade e voluntarismo. A ideologia do New Labour atribui destacada importância ao setor voluntário, que, sendo independente e criativo, é capaz de gerar comunidades saudáveis e empreendedoras. Comunidade tornou-se palavra-chave na linguagem política, pois, além de arena de controle, é espaço para o trabalho não-remunerado.

O discurso em prol do terceiro setor, público porém não estatal, afirma que a inclusão social não pode ser exercida dentro da família; nessa linha, trabalho não-remunerado na esfera doméstica não conta, mas, na comunidade, pode ser visto como uma etapa para a inclusão. Considerando a escassez do trabalho remunerado, o trabalho voluntário torna-se a segunda opção, de onde se conclui que “aqueles cidadãos que não têm oportunidade profissional para exercitar sua inclusão devem ser redirecionados para as comunidades a fim de praticar a cidadania ativa” (Levitas, 1998, p. 158).

Está implícita nesta argumentação a idéia de que o trabalho não-remunerado é capaz de gerar a inclusão social. O voluntariado – entendido como expressão de uma cidadania ativa – torna-se um atalho para a elevação da autovalorização, auto-estima, especialmente para pessoas desempregadas ou que dependem, há longo tempo, de benefícios e pensões. Também é um reforço à empregabilidade: torna as pessoas mais empregáveis ao cultivar suas habilidades, capacidade de trabalhar com outros e resolver problemas. Em suma, trabalho não-remunerado também é visto como veículo para integração, desarticulada, porém, de qualquer vínculo com igualdade e justiça social.

### **INCLUSÃO É OPOSTO DE IGUALDADE**

Em *Beyond the New Right*, Gray argumenta que planejamento central, socialismo de mercado e todos os compromissos para o igualitarismo devem ser banidos da agenda política, em favor de um consenso baseado na aceitação do mercado livre e na propriedade privada dos meios de produção. Como parte deste consenso, “os social-democratas precisarão se desprender das ilusões de igualdade” (Levitas, 1998, p. 102).

Hutton (1997) – apologista da Terceira Via – indagou-se sobre a relação entre inclusão e igualdade: sociedade boa é uma sociedade mais igual – e então inclusiva – ou sociedade boa é uma sociedade inclusiva que poderia suportar os níveis atuais de desigualdade? Pendendo para a segunda opção, a resposta foi que mais igualdade é condição necessária, mas insuficiente, para uma sociedade inclusiva. Acrescentou: a desigualdade deve ser reduzida até “o ponto em que a sociedade se sinte confortável com ela”.

Gray concorda que liberdades de mercado operam contra a coesão social, a solidariedade social e a cidadania comum. Mas argumenta que igualdade só precisa ser defendida à medida que é “demandada como uma prevenção contra exclusão”, não como faz a social democracia, nos solos de justiça social. Ou seja, inclusão não tem relação alguma com igualdade ou distribuição; significa elevar os pobres acima do limite de um padrão mínimo (Levitas, 1998, p. 156).



---

Para a nova direita, a injustiça não é a desigualdade, mas a coerção – que engloba cobrança de impostos e regulação econômica, além de ser usada para referir-se à restrição mais direta da liberdade pessoal. A segunda injustiça é a exclusão, porém interpretada como a “inabilidade de alguns para participar em uma economia e uma sociedade que deveriam amar e à qual deveriam unir-se afetuosamente” (Levitas, 1998, p. 76).

Para os defensores dessa corrente, inclusão é entendida como um dinâmico e multifacetado processo que conduz à sociedade coesa; mas coloca-se em oposição à igualdade, à medida que se define em termos de acesso às oportunidades. Participar, ser incluído na economia é dever pessoal, e o caminho recomendado é a empregabilidade, que aparece associada à idéia de segurança. O discurso hegemônico enfatiza que a responsabilidade por conquistá-la é de cada cidadão, cabendo ao governo oferecer-lhes vias de acesso, oportunidades.

### **OPORTUNIDADE PARA TODOS**

O argumento predominante nas políticas públicas britânicas é integrar as metas de “promover empregabilidade, adaptabilidade e inclusão” com a “distribuição justa de oportunidade econômica”.

Temos de criar um país onde haja oportunidades novas para todos – milhões de pontos de oportunidade. Oportunidades para trabalho e qualificações para trabalho. Oportunidades para começar um negócio. Oportunidades para ficar autônomo. E não tenho qualquer receio de dizer: o governo tem a responsabilidade de criar este trampolim de oportunidades – uma nova via de oportunidade da escola para o trabalho. Isso permitirá que muitos, por seus próprios esforços, beneficiem-se das oportunidades antes abertas apenas a alguns (Brown apud Levitas, 1998).

A mensagem implícita nessa formulação do New Labour é que a combinação de empregabilidade e oportunidade gera inclusão, algo que os indivíduos alcançam e executam pela exploração de oportunidade. A empregabilidade é apresentada como algo que os indivíduos têm de conquistar ativamente, é transformada em obrigação individual. Inclusão, em lugar de direito, torna-se dever e algo que requer desempenho ativo dos indivíduos (Levitas, 1998, p. 128).

Educação profissional, treinamento e, especialmente, noção de aprendizagem ao longo da vida exercem papel estratégico nessa política. A Comissão Européia conclama: “Estudantes têm de se tornar pró-ativos e mais autônomos, preparados para renovar seus conhecimentos continuamente e responder construtivamente às mutantes constelações de problemas e contextos” (CEC, 1999, p. 9, apud Field, 2000).

O próximo século será definido por flexibilidade e mudança; mais que nunca haverá uma demanda por mobilidade. Hoje, um passaporte e uma passagem permitem que as pessoas viagem para qualquer lugar do mundo. No futuro, o passaporte para mobilidade será a educação, e educação ao longo da vida. Este passaporte para a mobilidade deve ser oferecido a todos (G8, 1999, p. 1, apud Field, 2000, p. 87).

O complemento “para todos”, comum em campanhas, eventos e documentos de áreas sociais, busca criar uma igualdade imaginária, colocando todos na mesma condição: sujeitos à exclusão. Sob um manto humanitário, este discurso – que apresenta educação e empregabilidade como mecanismos de sobrevivência básicos – é extremamente coercitivo. Constrói uma noção de segurança

---

como algo que os indivíduos alcançam por meio da empregabilidade, sendo esta uma obrigação individual. O que é descrito como direito de aprender por toda a vida é efetivamente uma obrigação vitalícia de adquirir e manter habilidades requeridas pelo mercado.

A face autoritária deste discurso sobre treinamento e desenvolvimento se expressa na máxima: “Aqueles que não melhorarem suas habilidades, ao que parece, não merecerão nosso apoio”. E justifica-se a exclusão social como escolha individual, opção de vida.

Em suma, os difundidos valores de solidariedade, tolerância, equidade e oportunidade para todos visam a construção de uma “sociedade civil decente” (Levitas, 1998, p. 45) ou, nas palavras de Dahrendorf (1995, p. 97), “uma sociedade civil, civilizada e inclusiva, que é, a um só tempo, parte e resultado da criação de riqueza”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levitas (1998), argumentando que exclusão social é um conceito poderoso por sua flexibilidade, remete-o à idéia de processo, um *continuum* de mão dupla: mobiliza medos pessoais de ser excluído ou esquecido e exerce uma forte atração sobre aqueles que buscam valorizar sua participação e os que buscam maior controle.

O passaporte ofertado para inclusão é a educação. Embora o acesso seja para todos, o destino final varia segundo capacidades individuais, noção reforçada pela ideologia meritocrática e a de competências que assolam a política educacional contemporânea.

Procuramos evidenciar o avesso da inclusão. Seu lado menos nobre e altruísta, sua articulação aos interesses econômicos e sua função político-ideológica. O discurso da inclusão dissemina a noção de risco e democratiza a insegurança – a incerteza é para todos. Esta ameaça deflagra o instinto de proteção, segurança individual e conclama a responsabilidade de proteger a si próprio, a família e a comunidade. Assim, promove ordem social, coesão e solidariedade, funcionando como eficaz mecanismo disciplinar.

Argumentamos que a substituição do termo pobreza pela expressão exclusão social tem a pretensão de deslocar o foco de responsabilidades do Estado para o indivíduo a ser incluído, que passa a ser o ator solitário de sua inclusão. Por isso, descarta-se a idéia de classe social e desigualdade, frisando-se a preocupação com os valores de solidariedade, coesão e tolerância e o sentimento de pertencimento a uma comunidade (Levitas, 1998, p. 157).

Tentamos evidenciar neste artigo que mudança do discurso não significa mudança no projeto político, e sim um artifício de retórica em que a preocupação com os valores, a solidariedade, a tolerância e a inclusão se acopla à linguagem espartana da competitividade e do capital humano.

Podemos observar outra estratégia da alteração operada na linguagem usada em documentos analisados: substantivos – tais como sociedade, classe, pobreza – são retirados do vocabulário para retornarem adjetivados ao discurso – sociedade do conhecimento, da aprendizagem, inclusiva; pobreza moderna, pobreza dura; cidadania ativa; cidadão produtivo, cidadão competente; capitalismo moderado. Em meio a tantos jogos de palavras, evidencia-se a contradição: decretam a morte do conceito de classes sociais, mas confessam preocupação em evitar a luta dos mortos-vivos, o que nos permite dizer que, literalmente, “o fantasma ronda a Europa”.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup>Referência à frase de abertura do Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx em 1849.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEPAL. Transformación productiva con equidad. Santiago: 1990.
- \_\_\_\_\_. Educação e conhecimento: eixos da transformação produtiva com equidade. Santiago: 1992.
- \_\_\_\_\_. Equidad, desarrollo e ciudadanía. Santiago: 2000.
- COMMISSION OF SOCIAL JUSTICE. Social justice: strategies for social renewal. Londres: Vintage, 1994.
- DAHRENDORF, R. Report on wealth creation and social cohesion in a free society. 1995.
- DELORS, J. (org.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.
- EUROPEAN COMMISSION. Growth, competitiveness, employment: the challenges and ways forward into the 21<sup>st</sup> century. Bruxelas: 1994.
- FAIRCLOUGH, N. New labour, new discourse. Londres: Routledge, 2000.
- FIELD, J. Lifelong learning and the new educational order. Stoke on Trent: Trentham Books, 2000.
- GENTILI, P. A falsificação do consenso. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GENTILI, P. e SILVA, T. T. (orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação; visões críticas. 2<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GRAY, J. After social democracy. Londres: Demos, 1997.
- \_\_\_\_\_. Beyond the new right: markets, government and the common environment. Nova Iorque: Routledge, 1993.
- LEVITAS, R. The inclusive society? Social exclusion and New Labour. Londres: Macmillan Press, 1998.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Ministers Conference on "Best Practices in Tackling Poverty and Social Exclusion". Queen Elizabeth Conference Centre. Londres: 2000, pp. 9-10.
- PERCY-SMITH, J. (org.). Policy responses to social exclusion: towards inclusion? Buckingham: Open University Press, 2000.
- UNDP. Advisory note for the First Country Cooperation Framework for Brazil. Mai. 1997.
- UNESCO. Estrategia de la Unesco sobre la promoción del desarrollo y la lucha contra la pobreza. Set. 2000.
- WORLD BANK. World Development Report. 2000-2001.
- WORLD BANK. Educational Change in Latin America and the Caribbean. LACSHD. 1999.

### **RESUMEN**

*Discursos de inclusión y de otros conceptos coadyuvantes quedan utilizados para justificar la impartición de políticas que han promovido justo el opuesto, la exclusión social. Dedicamos especial atención al discurso del New Labour y de la Tercera Vía debido a la influencia que ejercen sobre las reformas políticas no sólo en Europa como en los demás continentes. Buscamos esclarecer de que forma los conceptos estos se articulan y cómo se articulan a las políticas económicas en curso, buscando explicar la racionalidad que hay por detrás de las políticas de inclusión y cohesión social.*

**Palabras-clave:** *inclusión, exclusión social, política educacional.*

### **ABSTRACT**

*The speech of social inclusion and helping concepts are used to justify the implementation of policies that have increased the social exclusion. We gave a special attention to New Labour's speech and of the Third Way, that has been providing the tone of the political reforms not only in Europe but also in other continents. We tried to show how those concepts are articulated and their links to the economic policies in course aiming to explain the rationality that rests behind the social cohesion and inclusion policies.*

**Keywords:** *inclusion, social exclusion, educational policy.*